

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 24 – 19 de março de 2012

PJe-JT

PJe-JT em 2º grau será inaugurado em Santa Catarina

O Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) começa a funcionar em 2º grau na próxima segunda-feira (19/03). O TRT da 12ª Região (SC) é o primeiro a testar os módulos criados especificamente para a 2ª instância. O sorteio do primeiro recurso a ser julgado em sessão totalmente eletrônica será feito às 17h, em solenidade que terá a presença do presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

O recurso será oriundo da Vara do Trabalho de Navegantes, a primeira no Brasil a instalar o PJe-JT, em dezembro do ano passado. O processo será avaliado de forma piloto pela 3ª Câmara do Tribunal, cujos desembargadores e assessores passaram por treinamento. Os desembargadores da 4ª Câmara também foram capacitados, caso haja impedimentos em determinados processos.

O módulo de 2º grau reproduz de forma virtual a estrutura física dos gabinetes. “No módulo de segundo grau, os desembargadores podem organizar os processos da maneira que acharem melhor. Podem fazer classificação por tipo de processo, por assessor ou por órgão julgador, conforme a rotina de trabalho. Além disso, conseguem ver o que cada assessor está fazendo, de acordo com as demandas distribuídas”, afirma o presidente do Comitê Gestor do PJe-JT, desembargador Cláudio Brandão.

Com o sistema, os julgadores terão acesso antecipado aos votos, conforme disponibilização do relator, e poderão manifestar previamente eventuais divergências. Os votos também poderão ser editados durante a sessão, com posterior assinatura e publicação automática. Por enquanto, não serão autuados processos de competência originária.

(Patrícia Resende/CSJT)

Mais de 1.000 ações trabalhistas já tramitam via PJe-JT

O PJe-JT já ultrapassou a marca de mil ações iniciadas de forma virtual. No total, 1.120 processos tramitam eletronicamente nas quatro Varas do Trabalho piloto. O número de advogados cadastrados chegou a 677 dia 15 de março.

O PJe-JT começará a funcionar em 2º grau nesta segunda-feira, dia 19 de março no TRT da 12ª Região (SC). As próximas Varas do Trabalho a utilizar o sistema serão: Gama-DF (21/03), Maracanaú-CE

Notícias

TST também deve ser notificado no caso de ações regressivas em virtude de acidentes de trabalho

O presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, reforçou, por meio de ofício aos presidentes dos TRTs dia 7 de março, a recomendação de que os corregedores dos TRTs mobilizem os juizes para que, toda vez que houver decisão condenatória de empresa em processos envolvendo acidente de trabalho visando o ajuizamento de ação civil regressiva, cujo objetivo é levar os responsáveis pelos acidentes a ressarcir os cofres públicos das despesas, a Procuradoria Geral Federal seja comunicada, com cópia para o TST. Os endereços eletrônicos da Procuradoria Geral Federal estão listados na [Recomendação Conjunta 2/2011](#) da Presidência do TST e da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.



O endereço eletrônico para envio da cópia para o Tribunal é o regressivas@tst.jus.br, e a comunicação visa dar ao TST a possibilidade de acompanhar os impactos concretos no ajuizamento de ações regressivas, ajudando a computar o número de ações dessa natureza. Como ressaltou o presidente do TST à época da assinatura da recomendação para tal procedimento, em outubro de 2011, o objetivo é não só de garantir o retorno dos valores pagos pelo INSS à União, mas também de servir como “instrumento pedagógico e de prevenção de novos infortúnios”, como afirmou o ministro Dalazen, dentro do espírito do [Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho](#).

Mais notícias sobre ações regressivas [aqui](#).

(Marta Crisóstomo/TST)

TST contata instituições para ampliar alcance da CNDT

De forma a aumentar a eficiência e alcance da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), a partir do início deste ano o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, tem solicitado a diversos órgãos públicos e entidades que passem a exigir a Certidão como requisito para licitações, empréstimos de bancos oficiais e instituições financeiras, etc.

Em vigor desde 4 de janeiro de 2012 ([Lei nº 12.440/2011](#)) para comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, e exigida com base na Lei 8.666/93 como requisito imprescindível à habilitação dos interessados nas licitações junto a órgãos públicos, a CNDT permite identificar as dívidas trabalhistas de todas as pessoas físicas e jurídicas. O sistema de expedição da Certidão, eletrônica e gratuita, está disponível nos portais da internet do TST, CSJT e TRTs. Desde janeiro deste ano, já foram emitidas mais de um milhão e meio de certidões ([ver estatísticas aqui](#)).

A partir de janeiro deste ano, já foram contatadas a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), que passou a dar ciência da disponibilidade da CNDT aos notários e Registradores vinculados à instituição; os governos estaduais, que vêm passando a seus órgãos de administração direta e indireta a informação sobre a Certidão e determinando que, em reforço à previsão legal, passem a constar essa exigência em seus editais de licitação. A mesma providência foi solicitada à Confederação Nacional dos Municípios e aos Tribunais de Contas dos Estados.

No início deste mês, foi solicitado também à Federação Brasileira de Bancos (Febraban) que examine a possibilidade de orientar as entidades a ela associadas a passarem a exigir a CNDT como requisito para a concessão de financiamentos, em especial quando se tratar de contrato de mútuo com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – entidade à qual também foi solicitada o exame da possibilidade de exigir a Certidão para concessão de financiamentos.

(Marta Crisóstomo/TST)

Tramitação de processos é reduzida em mais de três meses no TST

A tramitação de processos no TST está mais rápida. É o que mostra o relatório divulgado semana passada pela Assessoria de Gestão Estratégica do Tribunal (ASGE), que

(23/04), Santo Amaro da Purificação-BA (21/05), Luziânia-GO (18/06) e Três Rios-RJ (25/06). No segundo semestre, o PJe-JT será expandido para todo o País. A meta é implantar o sistema em pelo menos 10% das Varas do Trabalho de cada um dos 24 TRTs.

Veja a movimentação processual eletrônica por Vara:

Unidade Judiciária	Nº de processos	Advogados cadastrados
VT de Navegantes (SC)	508	287
VT de Caucaia (CE)	324	155
VT de Várzea Grande (MT)	200	144
VT de Arujá (SP)	88	91
Total	1.120	677

(Patrícia Resende/CSJT)

Estatísticas da JT

JT repassa R\$ 15 bilhões a reclamantes em 2011

Quase R\$ 15 bilhões (exatos R\$ 14.968.261.683,33) foram repassados pela Justiça do Trabalho aos reclamantes, em decorrência de execução de sentença ou acordo homologado, em 2011. O valor é 1/3 superior ao valor pago em 2010. Do total, R\$ 10.773.951.598,10, ou 72%, decorreram de execuções encerradas no ano.

De acordo com consolidação preliminar realizada pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST (CEST), dentre as regiões judiciárias, o TRT da 2ª Região (SP) foi o campeão em pagamento, com R\$ 2.481.884.423,97, o que significou 16,6% do total pago no País. A segunda posição ficou com o TRT da 4ª Região (RS) que pagou R\$ 1.573.693.210,63 (10,5%).

A Vara que registrou o maior valor pago aos reclamantes foi a 5ª Vara do Trabalho de Recife, do TRT 6ª Região (PE), que pagou R\$ 316.934.690,00, sendo seguida pela 22ª VT de Salvador (TRT 5ª Região/BA), que pagou R\$ 167.591.946,03.

Clique [aqui](#) para saber a situação do seu TRT e da sua Vara.

Fale com o presidente

caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 24 – 19 de março de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br

coordena o TST Estratégico. Segundo o documento, a média de dias em que o processo tramita no TST, entre o andamento inicial e sua baixa, foi reduzida em quase 94 dias em 2011 – mais de três meses.

Os números foram apurados pela Secretaria Geral Judiciária e Secretaria Geral da Presidência pelo chamado Índice do Tempo Médio de Tramitação (ITMT), indicado na Meta 14 do Plano Estratégico do TST. A última análise realizada indicou que a redução entre 2010 e 2011 ficou em 14%, representando 93,75 dias a menos de tramitação. O resultado supera de maneira significativa a meta prevista no Plano Estratégico para o quinquênio 2010-2014, que propõe a redução anual de 5% no tempo de tramitação. O objetivo para 2014 é que o tempo médio chegue a 540,03 dias, ou seja, cerca de um ano e meio.

De acordo com a ASGE, o segundo ano de execução do Plano demonstrou “um dimensionamento mais realista” das metas. Isso se deve à 1ª Revisão Técnica, ocorrida em junho do ano passado, que, a partir dos resultados obtidos em 2010, ajustou os índices objetivados para os próximos exercícios. São, ao todo, 33 metas fixadas para 2011 no [Plano Estratégico do TST](#).

Entre os índices apurados que merecem destaque está o tempo médio de tramitação de recursos de revista e agravos de instrumento, desde seu recebimento até a devolução ao tribunal de origem ou arquivamento. O índice acumulado de 2010, que era de 827,71 dias para os recursos, fechou 2011 em 684,93 dias, enquanto o dos agravos caiu de 511,47 para 399,76 no mesmo período.

(Ricardo Reis, Marcos Túlio e Marta Crisóstomo/TST)

TST realiza em abril seminário internacional para discutir liberdade sindical

O TST realiza, de 25 a 27 de abril, o seminário “Liberdade sindical e os novos rumos do sindicalismo no Brasil”, cuja proposta é difundir conhecimento especializado a respeito do modelo sindical brasileiro à luz do direito comparado e das normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A iniciativa de promover uma ampla discussão sobre o atual modelo sindical brasileiro partiu do presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, que, desde sua posse, em março de 2011, defende que a reforma trabalhista seja precedida de uma reforma sindical. Para Dalazen, as mudanças na estrutura sindical brasileira devem ter como objetivo fortalecer e dar mais legitimidade aos sindicatos para negociar.

O seminário reunirá magistrados, procuradores, dirigentes sindicais, servidores, professores e estudantes, e terá como palestrantes especialistas internacionais. As inscrições podem ser feitas no sítio do TST mediante o preenchimento de um formulário eletrônico, que estará disponível do dia 26 de março até as 12h do dia 25 de abril. A confirmação será feita por e-mail.

(Carmem Feijó/TST)

Gestão da JT

Meta 15 prevê capacitação no PJe-JT e em gestão estratégica

A Meta 15, específica da Justiça do Trabalho, prevê que, em 2012, 20% dos magistrados e 20% dos servidores sejam capacitados, com carga horária mínima de 20 horas, na utilização do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e em gestão estratégica. As ações de capacitação no PJe-JT são coordenadas pelo CSJT em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Servidores e magistrados indicados pelos TRTs que instalaram Varas do Trabalho piloto já foram treinados para lidar com o sistema.

Para a implantação em âmbito nacional, a partir do segundo semestre, os 24 Tribunais deverão indicar magistrados e servidores que atuarão como multiplicadores. “Serão formadas cinco turmas, cada uma representando as cinco regiões geográficas, e elas serão treinadas para replicar o conhecimento em seus Tribunais de origem, com o objetivo de capacitar os 20% previstos na Meta 15”, afirmou o presidente do CSJT, min. João Oreste Dalazen, em ofício às presidências dos Regionais.

Para o juiz Alexandre Azevedo, auxiliar da presidência do CSJT, os multiplicadores terão papel decisivo para o alcance da meta. “Nunca no Judiciário brasileiro houve um contingente tão grande a capacitar. Cerca de oito mil servidores serão preparados para o PJe-JT”, disse.

Com relação à capacitação em gestão estratégica, a assessoria de Gestão Estratégica do CSJT informa que já estão sendo tomadas providências para coordenar a oferta de vagas em um curso nesta área.

(Noemia Colonna/CSJT)